

DORNELLES

Limitação do Estado

O Presidente José Sarney está decidido a executar, com firmeza, um programa de apoio à livre iniciativa que estimule a empresa privada e estabeleça limites à participação do Estado na economia. A afirmação foi feita ontem pelo Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, no seminário "Os caminhos da retomada".

A iniciativa privada, disse Dornelles, caberá o espaço adicional na economia brasileira, a ser criado a partir do crescimento econômico. O Ministro defendeu a limitação da intervenção do Governo na economia, ressaltando que a livre concorrência da iniciativa privada permite uma redução dos preços e melhoria da qualidade de produção.

Dornelles pediu o apoio do empresário para a retomada do crescimento e enumerou três fatores de desequilíbrio que o atrapalham: 1) o acelerado processo inflacionário; 2) o desequilíbrio das finanças públicas; e 3) as restrições externas.

SAYAD

Taxa maior, juro menor

O comportamento das taxas de juros internos foi enfocado de maneira diferente pelos Ministros do Planejamento, João Sayad, e da Fazenda, Francisco Dornelles, durante os debates com os empresários no seminário promovido por "Exame". Dornelles afirmou que os juros cairão somente após a eliminação do déficit público. Sayad, mais otimista, disse que "há espaços para uma redução, pelo menos até determinados patamares".

A redução imediata das taxas de juros foi um dos argumentos utilizado pelo Ministro do Planejamento para convencer os empresários da necessidade do Governo de aumentar a carga tributária para combater o déficit público. Segundo Sayad, a maior carga tributária seria compensada com a redução dos juros do mercado financeiro.

Na opinião de Sayad, o aumento dos impostos seria menos doloroso para a economia do que a manutenção das altas taxas de juros que o próprio Governo sustenta no mercado para financiar seu déficit.

PAZZIANOTTO

Respeito às leis

O Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, saiu aliviado do debate com os empresários, ontem, durante o seminário promovido pela revista "Exame".

— Não pularam na minha jugular: consegui sair vivo desta segunda rodada — comentou.

Em seu discurso, o Ministro voltou a insistir na necessidade de valorização da negociação entre trabalhadores e empresários. Pazzianotto acentuou que as decisões da Justiça do Trabalho sobre os dissídios coletivos, quando não houver acordo entre as partes, deverá ser respeitada e cumprida.

— Em um estado de direito, é impossível, inadmissível e inaceitável o desafio às decisões judiciais — afirmou o Ministro.

Após a Assembleia Nacional Constituinte, disse Pazzianotto, o País deverá decidir a respeito de sua organização sindical — se se mantém o monopólio da representação através do sindicato único ou se se adota um modelo de plena autonomia sindical.

GUSMÃO

Sindicatos democráticos

A eliminação do paternalismo do Estado, representado pelo recolhimento compulsório da contribuição sindical, foi defendida ontem pelo Ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, como pré-requisito básico para a democratização do sindicalismo brasileiro, durante o seminário "Caminhos da retomada".

Gusmão atacou o que chamou de "monopolismo de certas organizações sindicais" e a consequente centralização, causados pela atual legislação trabalhista.

Indagado sobre a abertura do comércio aos domingos, Gusmão mostrou-se favorável a uma maior liberdade, para que a decisão seja tomada em âmbito municipal, pelas comunidades, e por acordos coletivos entre empregadores e empregados.

— Este é um assunto que não pode ser resolvido por decreto — acentuou.

O Ministro assegurou que a definição de uma política industrial pelo Governo da Nova República será precedida de consulta às empresas.

MAGALHÃES

Nova lei de Informática

O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, defendeu ontem a revisão de alguns pontos da Lei de Informática, especialmente nos aspectos referentes à reserva de mercado para a indústria nacional. A seu ver, a posição de seu Ministério não foi a mais correta em relação ao assunto. Ele acha que deve ser encontrada uma solução que venha a atender melhor os interesses da sociedade.

— Não podemos nem ficar com a posição do Senador Roberto Campos, que defende a total abertura da área para o capital internacional — disse o ministro — nem com as posições radicais do outro lado. Precisamos encontrar um meio termo.

As opiniões do ministro foram apresentadas, ontem durante o seminário "Retomada do crescimento". Ele defendeu também a volta da vinculação dos recursos à área de telecomunicações, de modo a que tudo o que o consumidor pague pelos serviços seja empregado na própria área.